

RELATÓRIO PRELIMINAR

Segundo Inquérito “Percepções da pobreza em Portugal” (2009)

Sumário

Na sequência de um primeiro inquérito nacional levado a cabo pela REAPN, em 2004, sobre as percepções da pobreza em Portugal, a Amnistia Internacional - Portugal, em parceria com o SOCIUS-ISEG, associou-se à realização de um segundo inquérito, em 2009, cujos resultados preliminares são agora apresentados.

Os dados evidenciam uma percepção generalizada de aumento da pobreza em Portugal e baixas expectativas em relação a uma melhoria dessa situação nos próximos anos.

A pobreza é entendida como atingindo hoje novos grupos, designadamente jovens à procura de primeiro emprego, trabalhadores com baixos salários e trabalhadores precários.

Também as causas de pobreza são imputadas à esfera laboral e, neste sentido, a criação de emprego é a prioridade política mais referida pela amostra.

Finalmente é de destacar que uma grande maioria dos inquiridos considera que o Governo tem capacidade de resolver os problemas de pobreza e exclusão social.

No futuro, a análise dos resultados do inquérito de 2009 será aprofundada e confrontada, de forma sistemática, com os dados obtidos há 5 anos e discutida mediante dados de fontes secundárias.

1. Introdução

Na sequência de um primeiro inquérito por questionário de âmbito nacional da iniciativa da Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal (REAPN), levado a cabo em 2004, foi estabelecido um protocolo de parceria entre a Amnistia Internacional – Portugal (AI) e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, em Julho de 2009, com o objectivo de se associarem à realização e análise, respectivamente, de um segundo inquérito sobre as percepções da pobreza em Portugal.

Neste relatório apresentam-se os resultados preliminares da análise das frequências¹ deste segundo inquérito que tinha como objectivo principal conhecer as percepções da população residente em Portugal Continental sobre a pobreza. O Anexo I apresenta os quadros estatísticos respectivos.

Nos próximos relatórios deverão ser explorados os dados agora obtidos e comparados os resultados do inquérito de 2009 com os de 2004, assim como com fontes secundárias relativas à pobreza em Portugal.

¹ Foi feito um exercício de cruzamento das respostas com as variáveis sócio-demográficas (sexo, idade, escolaridade, condição no trabalho, rendimentos, posição religiosa e ainda tipo de habitação e localização geográfica - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos - NUTS II, versão 2002), mas as diferenças encontradas não são relevantes. De resto, tratando-se de uma amostra não estratificada, não seria legítimo extrapolar estes resultados para o universo.

2. Metodologia

O inquérito por questionário é da autoria da REAPN/AI e a sua aplicação foi da responsabilidade da AI. Ao SOCIUS coube proceder à análise dos dados, tendo usado para o efeito o programa informático SPSS (versão 17). Deste modo, passamos a apresentar a metodologia usada, conforme transmitida pelos nossos parceiros.

O universo do inquérito é a população residente em Portugal Continental com 18 anos ou mais. A amostra é representativa e não estratificada e é composta por 1350 indivíduos² de 19 freguesias seleccionadas aleatoriamente em cada região de Portugal. A discriminação da amostra pelas principais variáveis sócio-demográficas é feita no Quadro A.

Quadro A: Composição da amostra

Variáveis	Categorias	N.º	%
Sexo	Homens	596	45,1
	Mulheres	726	54,9
Idade	18-24 anos	141	10,5
	25-34 anos	241	17,9
	35-44 anos	270	20,0
	45-54 anos	257	19,1
	55-64 anos	195	14,5
	65 anos ou mais	244	18,1
Escolaridade	Menos do que a 4ª classe	126	9,4
	4ª classe antiga, 6º ano ou ciclo preparatório recentes	436	32,6
	5º ano antigos ou 9º ano unificado, 10º, 11º anos	234	17,5
	7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio	268	20,0
	Frequência da universidade ou bacharelato	90	6,7
	Licenciatura, mestrado ou doutoramento	185	13,8
Condição perante o trabalho	Activo	725	55,4
	Inactivo	583	44,6
NUTS II	Norte	444	32,9
	Centro	335	24,8
	Lisboa	416	30,8
	Alentejo	65	4,8
	Algarve	90	6,7

A base de sondagem é o recenseamento geral da população, de onde se seleccionaram freguesias-tipo já utilizadas no inquérito de 2004. O desenho da amostra foi feito a partir da escolha das casas por um caminho aleatório sistemático. A selecção foi feita em função da dimensão da freguesia e do número de inquéritos que nela deviam ser realizados de modo a que toda ela fosse percorrida. Para garantir a aleatoriedade, a selecção do inquirido foi feita escolhendo, entre as pessoas do alojamento que pertencem ao universo, a última a ter feito anos. O inquérito foi feito presencialmente e preenchido pelo inquiridor tendo recorrido ao auxílio de cartões. O erro máximo da amostra é de 2,7% com um grau de confiança de 95%.

O trabalho de campo decorreu entre 15 de Julho e 4 de Setembro de 2009, ao longo das várias fases do dia. O inquérito contou com 33 voluntários da AI na fase de inquirição e de 12 na da construção da base

² Este número só ficou garantido na selecção da freguesia (veja-se o total da amostra na distribuição pela NUTS II).

de dados e inserção dos dados. A formação destes colaboradores foi da responsabilidade da AI. A taxa de sucesso é desconhecida. As não respostas não foram analisadas.

3. Análise de resultados

Nesta primeira leitura dos dados recolhidos, as questões do inquérito por questionário foram agrupadas em três grandes grupos, a saber: percepções da situação de pobreza (quer hoje quer no passado); identificação da pobreza (causas e indicadores); questões normativas (quem tem poder para reduzir a pobreza, quais devem ser as suas prioridades e como agir).

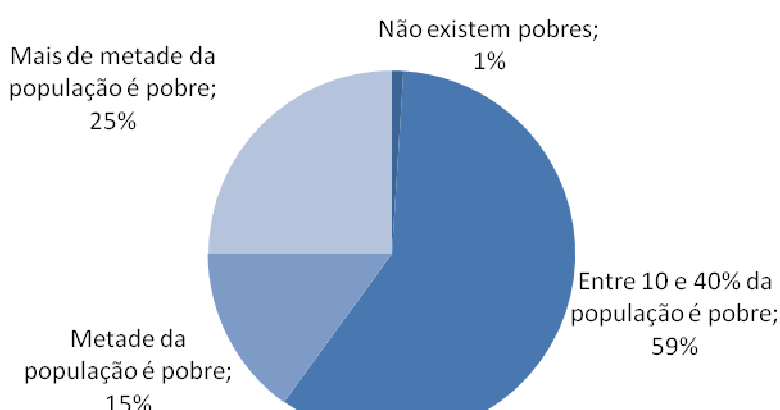
3.1. Percepções da situação de pobreza

a) O grau de pobreza na actualidade

(Perguntas analisadas: P3; P4; P10; P11; P14)

Uma das primeiras questões colocadas no inquérito diz respeito à percepção da existência de pobreza em Portugal. Uma grande parte da amostra (40%) considera que metade da população ou mais vive em situação de pobreza³. No entanto, apenas uma pequena parte da amostra (6%) classifica a pobreza existente como miséria (P10). O Gráfico 1 dá-nos conta da distribuição das respostas relativamente à percepção de existência de pobreza no nosso país.

Gráfico 1: Percepção sobre a existência de pobreza em Portugal (P3)



n=1283

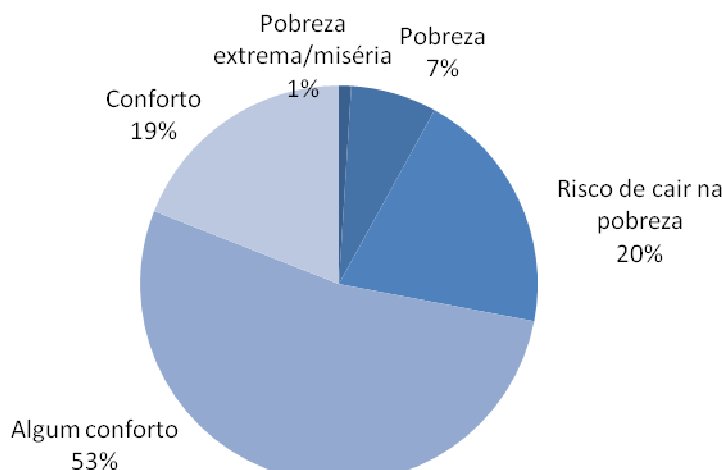
A percepção da pobreza é maior relativamente aos «outros» e não aos próprios, como de resto seria de esperar dada a delicadeza da questão. Com efeito, 48% dos inquiridos consideram que a pobreza na sua zona de residência é menor do que a considerada para o país (P4) e 17% dizem que a pobreza na sua zona de residência é maior do que na generalidade do país⁴. O número de inquiridos que se considera a si próprio pobre é mais baixo, 7% (P11). A grande parte dos inquiridos (72%) declara viver numa situação de

³ “Metade da população é pobre” (15%) e “Mais de metade da população é pobre” (25%).

⁴ Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que “Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal” (P3).

conforto ou de algum conforto⁵. O Gráfico 2 apresenta justamente a auto-percepção dos inquiridos relativamente à sua situação⁶.

Gráfico 2: Percepção da situação do próprio inquirido (P11)



n=1242

b) A evolução da pobreza

(Perguntas analisadas: P5; P6; P9; P12; P14; P22; P23)

Uma grande maioria da amostra (84%) considera que, nos últimos 5 anos, a situação de pobreza do país aumentou (P5.2)⁷. No mesmo sentido, 74% dos inquiridos pensam que os pobres são pessoas que já estiveram em melhor situação (P9)⁸. Também uma parte significativa da amostra, mais de metade (57%), afirma que a pobreza aumentou na sua zona de residência (P5.1)⁹.

No que diz respeito à evolução da composição social dos pobres, 83% dos inquiridos sustentam que há hoje novos grupos vulneráveis (P12)¹⁰. Mais de três quartos da amostra referem como grupos vulneráveis à pobreza (P14_2): os jovens à procura de primeiro emprego (89%), os trabalhadores com baixos salários (86%) e os trabalhadores precários (86%).

De notar que a percepção dos grupos vulneráveis à pobreza hoje revela um grande consenso, evidenciado pelas taxas de resposta elevadas nestes grupos, e, por outro lado, apresenta uma convergência ao nível da natureza dos grupos, distinta dos de há 20 anos (P14_1).

⁵ "Algum conforto" (53%) e "Conforto" (19%).

⁶ Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que "Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal" (P3).

⁷ Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que "Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal" (P3).

⁸ Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que "Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal" (P3).

⁹ Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que "Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal" (P3).

¹⁰ Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos com 34 anos ou menos por não apresentarem as mesmas condições que o resto da amostra para a comparação de hoje com há 20 anos.

Com efeito, hoje há uma percepção generalizada de que a situação laboral torna os indivíduos vulneráveis à pobreza, enquanto os grupos vulneráveis à pobreza há 20 anos mais referidos são grupos com uma condição minoritária, como os deficientes (56%).

O Quadro 1 dá-nos conta justamente da percepção dos grupos vulneráveis hoje e há 20 anos mais mencionados pela amostra. Importa sublinhar que não se trata necessariamente dos grupos com maior grau de vulnerabilidade à pobreza, mas dos grupos vulneráveis mais assinalados pela amostra, ou seja, aqueles que reúnem maior consenso quanto à sua condição.

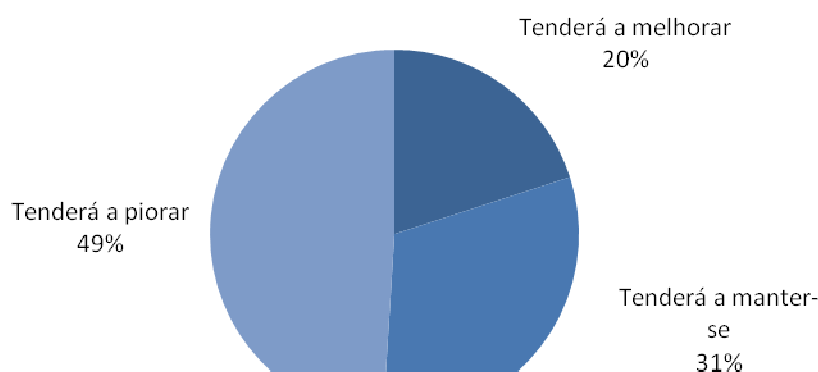
Quadro 1: Percepção dos grupos vulneráveis, hoje e há 20 anos (P14)

Grupos	Hoje (P14_2)	Há 20 anos (P14_1)
Jovens à procura do primeiro emprego	89%	
Empregados com salários baixos	86%	
Trabalhadores em situação de precariedade	86%	
Deficientes		56%
Minorias étnicas		47%
Doentes crónicos		46%

n=variável

Os dados sobre a percepção actual e da evolução da pobreza vão ao encontro de um balanço geral negativo do país. Com efeito, 75% dos inquiridos pensam que o país piorou nos últimos 5 anos (P22) e quase metade da amostra (49%) defende que a situação continuará a piorar (P23). O Gráfico 3 mostra-nos a distribuição da amostra pelas três hipóteses de resposta apresentadas para esta pergunta.

Gráfico 3: Percepção da evolução do país nos próximos 5 anos (P23)



n=1248

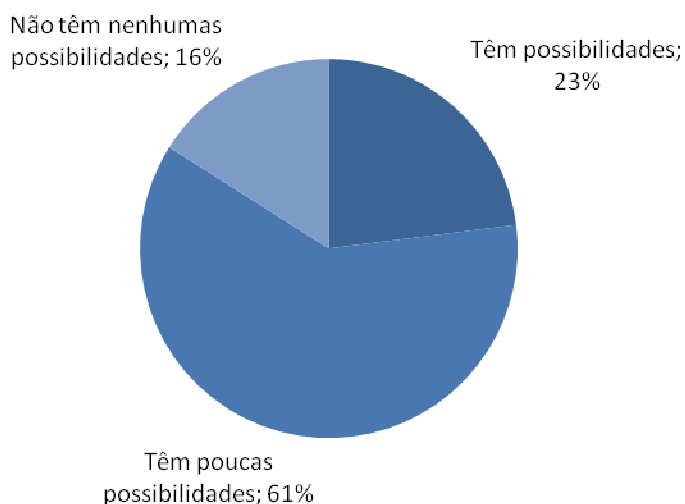
3.2. Identificação da pobreza

a) Causas de pobreza

(Perguntas analisadas: P7; P8; P15; P16; P24; P25)

Indo ao encontro das baixas expectativas referidas atrás, a percepção de 77% dos inquiridos é de que os pobres têm poucas ou nenhuma possibilidade de sair da situação em que se encontram (P7)¹¹. Isto quer dizer que menos de um quarto dos inquiridos considera que os que estão em situação de pobreza podem sair dela (23%). O Gráfico 4 dá-nos conta dos resultados desta pergunta.

Gráfico 4: Percepção das possibilidades dos indivíduos saírem da pobreza (P7)



n=1241

As oportunidades dos filhos dos pobres serão, contudo, maiores. Com efeito, neste caso, 39% da amostra entende que há possibilidades deles saírem da pobreza (P8), contra 61% que pensam que têm poucas ou nenhuma possibilidade¹².

As causas da pobreza (P15; P16) são sobretudo percebidas como externas, ou seja, não são imputadas aos próprios indivíduos. As razões mais apontadas como contribuindo para a existência de pobreza são: o desemprego de longa duração, os baixos salários e a precariedade do emprego. O Quadro 2 apresenta os três factores mais referidos e o respectivo peso na totalidade da amostra. Mais uma vez, importa sublinhar que se trata dos factores mais vezes referidos como causas de pobreza e não necessariamente os mais importantes.

Quadro 2: Percepção das três principais causas da pobreza (P15; P16)

Factores	%
Desemprego de longa duração	56
Salários baixos	53
Trabalho precário	41

n= variável

¹¹ Esta pergunta foi analisada com exclusão dos indivíduos que consideram que “Verdadeiramente, não existe pobreza em Portugal” (P3).

¹² “Têm poucas possibilidades” (49%) e “Não têm nenhuma possibilidade” (12%).

O Governo é considerado, por uma grande maioria dos inquiridos (77%), responsável pela pobreza, seguindo-se depois, com menor expressão, o Estado (38%) e a União Europeia (33%). Estes são os actores sociais mais referidos como tendo capacidade para resolver este problema, sendo os menos mencionados: associações e ONG e sindicatos (P24; P25). Mais uma vez sublinhamos que não se trata de considerar o Governo como a entidade mais responsável mas o que um maior número de inquiridos disse ter responsabilidade.

Quadro 3: Percepção dos responsáveis pela pobreza (P24; P25)

Factores	%
Governo	77
Estado	38
União Europeia	33

n= variável

Ainda assim podemos dizer que os dados apontam para uma percepção de fraca capacidade de superação da situação de pobreza pelos próprios indivíduos.

b) Indicadores de pobreza

(Perguntas analisadas: P17)

Os sinais de pobreza (P17) mais mencionados pelos inquiridos são: “*não ter água, luz nem casa de banho*” (69%); “*não beneficiar de apoio social quando precisa*” (39%); “*não ter uma alimentação equilibrada*” (36%).

Quadro 4: Sinais de pobreza (P17)

Factores	%
Não ter água, luz nem casa de banho	69
Não beneficiar de apoio social quando precisa	39
Não ter uma alimentação equilibrada	36

n= variável

Por conseguinte, podemos dizer que a inexistência de condições mínimas de salubridade continua a ser o indicador de pobreza mais consensual, não havendo ainda menção alargada a formas de pobreza mais modernas.

3.3. Questões normativas

Combate à pobreza

(Perguntas analisadas: P13; P18; P19; P21;P26)

Do ponto de vista atitudinal, a maior parte dos inquiridos (63%) considera que a pobreza desenvolve um comportamento individualista e de «desenrascanço», em detrimento de formas de solidariedade e cooperação (P13).

Este resultado parece ir ao encontro das prioridades políticas. Segundo a amostra, os objectivos políticos dos decisores políticos devem ser, antes de mais, a luta contra a pobreza e o desemprego (P18). Estes dois itens foram referidos como “*Muito importante*” por mais de três quartos da amostra, conforme se pode conferir no Quadro 3. Note-se que o objectivo menos valorizado foi a “*Ajuda aos países pobres*”, pois segundo 9% dos inquiridos esta é uma medida “*Nada importante*”.

Quadro 5: Os três objectivos políticos mais importantes (P18)

Muito importante	%
Luta contra a pobreza	79
Luta contra o desemprego	78
Poupança de reservas energéticas	44

n= variável

Para além da criação de emprego, que reúne um amplo consenso nesta amostra, os investimentos políticos deveriam ser feitos também na saúde, educação, formação profissional, entre outros. O Quadro 6 dá conta dos três investimentos mais referidos depois da criação de emprego. Lembra-se que a ordem apresentada não é dos fins onde se deveria gastar primeiro o dinheiro, mas dos fins com mais menções.

Quadro 6: Investimentos a fazer (P19;P21)

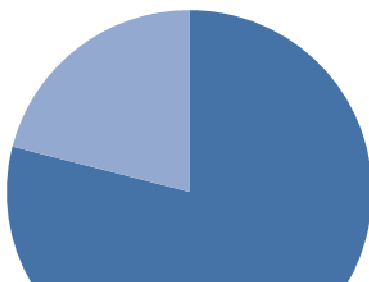
Prioridades de investimento	%
Investimento na saúde	59
Investimento na educação	47
Formação profissional	43

n= variável

Uma vez que 79% da amostra considera que “*Para que a sociedade funcione bem é preciso que as pessoas participem e sejam ouvidas na organização das várias instituições que a constituem*”, contra 21% que se aproxima mais da frase que sustenta que “*Para que a sociedade funcione bem é preciso que nas suas instituições se saiba quem manda e que haja ordem e respeito pelas hierarquias*” (P26), diríamos que uma medida política adicional será promover a participação dos cidadãos.

Gráfico 5: Percepção normativa sobre o sistema social

Para que a sociedade funcione bem é preciso que as pessoas participem e sejam ouvidas na organização das várias instituições...



Para que a sociedade funcione bem é preciso que nas instituições se saiba quem manda e que haja ordem e respeito pelas hierarquias...

n=1168

4. Notas finais

O segundo inquérito sobre percepções da pobreza em Portugal, realizado em 2009, dá conta da percepção generalizada de existência de mais pobreza em Portugal e de pouca confiança em ver a situação mudar nos próximos anos.

A pobreza é entendida como atingindo hoje novos alvos, aos quais é transversal a natureza laboral difícil. Com efeito, uma grande maioria da amostra assinala os jovens à procura de primeiro emprego, os trabalhadores com baixos salários e os trabalhadores precários como grupos vulneráveis, não sendo tão referidos quando se questiona sobre 20 anos atrás.

No mesmo sentido, as causas de pobreza mais citadas são o desemprego de longa duração, os baixos salários e ainda o trabalho precário. Trata-se, por conseguinte, de factores essencialmente relacionados com o mundo laboral.

As instituições públicas políticas são as entidades mais referidas como tendo um papel na resolução dos problemas de pobreza e exclusão social. Reunindo um amplo consenso, o Governo é o actor mais visto como o tendo capacidade para intervir, seguindo-se depois o Estado e a União Europeia.

Deste modo, uma grande maioria dos inquiridos aponta como prioridades políticas a luta contra a pobreza e o desemprego.

Finalmente, o indicador de pobreza mencionado mais citado pela amostra é a inexistência de água, luz e casa de banho. Persiste, em suma, uma percepção de pobreza relacionada com más condições de salubridade, um problema mais frequente em sociedades em desenvolvimento.

Raquel Rego - Investigadora auxiliar do SOCIUS/ISEG-UTL

(Lisboa, 16 de Outubro de 2009)